

TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MAGISTÉRIO EM SÉRIES INICIAIS: primeiras aproximações entre práticas de memória de professoras e suas percepções sobre a história ensinada e aprendida

Jeane Carla Oliveira de Melo¹

RESUMO

O presente trabalho analisa memórias de mulheres professoras das séries iniciais no tocante ao trabalho docente na disciplina história. Utilizamos fragmentos de histórias de vidas e recortes autobiográficos, com o intuito de apreender, por meio do discurso e das narrativas individuais, como as professoras organizam suas práticas laborais no contexto da história ensinada. Nosso referencial teórico abrange, a saber: gênero, memória, história oral, trabalho docente, cultura escolar e ensino de história. A partir destas categorias, tomadas como base para examinarmos as memórias docentes, pretendemos perceber as relações passado-presente subjazidas na construção do conhecimento histórico ensinado nas séries iniciais.

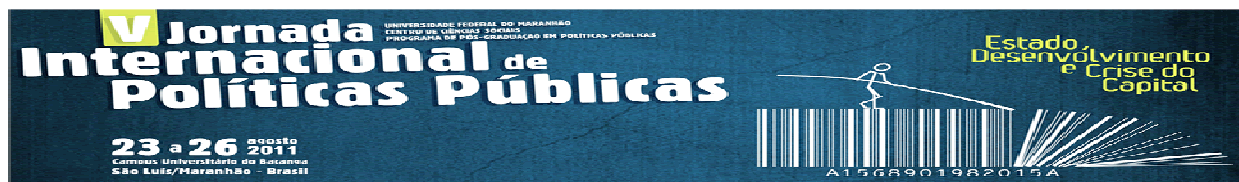
Palavras-Chave: Ensino de história. Trabalho docente. Relações de gênero. Séries iniciais. Memória.

ABSTRACT

This study examines women's memories of school teachers regarding the teaching discipline history. We use fragments of life histories and autobiographical excerpts, with the intention of apprehending by means of speech and individual narratives, how teachers organize their working practices in the context of history education. Our theoretical framework, namely: gender, memory, oral history, teaching, school culture and history education. From these categories, taken as a basis for examining the memories teachers, want to see the past-present relations underlie the construction of historical knowledge taught in early grades.

Key-Words: Teaching history. Work of teaching. Gender relations. Primary school. Memory.

¹ Especialista. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).
jeane_melo@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende compreender melhor como professoras das séries iniciais enxergam seus ofícios e dão significado às suas práticas educativas. De modo geral, o estudo vem na contramão daquele olhar que toma os saberes de professores e professoras como um conhecimento fragmentado, desvalorizado e que pouco têm a nos dizer sobre a complexa relação de ensino e aprendizagem que envolve a tessitura maior das finalidades educativas que regem determinadas conjunturas históricas.

Esse trabalho, portanto, se liga a perspectiva proposta por Antonio Nóvoa (1992), que recolocou o professor no centro do debate. Entendendo que o docente é uma pessoa, a partir de década de 1970, suas angústias e questionamentos vão passar a ser objeto de investigações. Certamente o objetivo de tais estudos não é transformar a pesquisa acadêmica em um divã, mas de buscar a voz do professor (GOODSON, 1992) para examinar de forma mais acurada, as condições da educação e suas vicissitudes em determinados contextos históricos concretos.

Logo, um problema se apresenta. Examinar vozes de professores, nessa perspectiva, conduz-nos a busca de uma metodologia que possa contemplar as múltiplas nuances presentes nos discursos de quem atua no magistério. Dito de outra forma, a metodologia que se apresenta mais adequada e potencial no sentido de poder alcançar os antanhos da memória de sujeitos professores e professoras é, sem sombra de dúvida, a história oral. Mas qual vertente? Buscamos, assim, a proposta feita pelo historiador inglês Paul Thompson, que enxerga na história oral tanto uma possibilidade de pesquisa como de um fazer político, uma vez que se dá relevo às vozes de subalternos, e, os professores e o histórico processo de proletarianização de seus ofícios fazem com que possam ser considerados, sem quaisquer resquícios de paternalismos, como um grupo também marginalizado face à conjuntura política e econômica atual.

Por estas razões, aderimos à metodologia da história oral em nossa pesquisa (THOMPSON, 2002). A escolha de professoras polivalentes das séries iniciais se deveu ao fato de serem estas profissionais as primeiras docentes a ensinarem nossos primeiros conhecimentos. Têm, portanto, uma importância formativa bastante estratégica no contexto da escolarização da infância. Pensamos que suas memórias têm muito a nos dizer sobre a condição do professor deste nível de ensino, profundamente empertigado com baixos salários e más condições de trabalho.

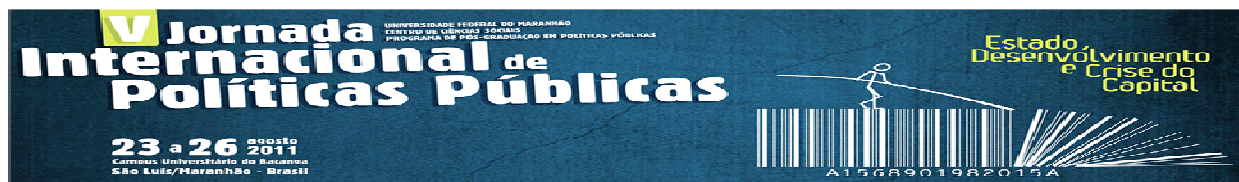
Outro recorte utilizado para nos guiar nas entrevistas foi o ensino de história. Dentre as disciplinas ensinadas por estas docentes, pensamos ser a história a que mais sofreu alterações em seu status epistemológico nas últimas décadas e também é a disciplina que desperta mais polêmicas, haja vista o número intenso de debates que cercam suas abordagens. Por ser uma área de conhecimento privilegiada no processo de formação para o exercício da cidadania e importante também para a transformação social a ser operada pelos sujeitos, a história carrega em torno dela disputas de projetos de cunho tanto conservador quanto mais progressista (FERRO, 1983).

No entanto, analisar memórias de professoras exigiu também que mergulhássemos nos estudos que privilegiam as abordagens dos estudos de gênero (SCOTT, 1991; LOURO, 2003). Desta forma, compreendemos que, na urdidura das tramas históricas, a mulher professora foi fabricante e fabricada como sujeito social, envolvendo, nesse jogo complexo de constituição de uma profissão, relações assimétricas de poder em que as mudanças ocorridas para o sexo feminino, isto é, a conquista paulatina de sua presença no mercado de trabalho, ocorreu em meio a paradoxos que, entre avanços e retrocessos, por vezes re-atualizava as hierarquias de gênero, continuando a afirmar papéis subalternos às professoras, como meras coadjuvantes do ensino.

Assim, o gênero enquanto categoria de análise histórica pode nos fazer compreender, de modo mais acurado, como se deu esse processo, chamado de feminização do magistério, o qual se produziu a mulher professora, ao mesmo tempo em que contribui para pôr em relevo a ação desses sujeitos, marcada, indubitavelmente, pela diversidade de pensamentos, ideologias e práticas sociais. Dito de outra forma, os estudos de gênero que partem dessa perspectiva histórica e genealógica, visam desnaturalizar os papéis destinados ao masculino e ao feminino e romper com abordagens estanques sobre uma pretensa verdade sobre os sexos, questionando, de modo radical, os discursos e práticas que atravessam e conformam as múltiplas identidades de gênero existentes nas sociedades.

2 TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE GÊNERO

Magistério e gênero, na história da educação brasileira, são duas categorias que andam de mãos dadas, posto que indissociáveis. Desde a edificação do império



brasileiro, em meados do século XIX, as tentativas de se promover a formação de professores vão desaguar na ação da mulher, sobretudo no que diz respeito à educação da primeira infância. Para Louro (2003), a mulher professora foi um agente histórico marcado por singularidades, desvios e permanências que contribuíram para delinear acerca do caráter da identidade do magistério nos dias de hoje. Mas primeiro vamos à discussão sobre o gênero.

O conceito de gênero nasce em 1938, por meio dos estudos de Haraway (1995). Para esta autora, o gênero pode ser definido como “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (HARAWAY, 1995, p. 221). Percebe-se que essa formulação, de caráter combativo, pretendia fugir daquele tradicional esquema explicativo que tomava o determinismo biológico como fundamento universal de distinção entre os sexos, no contexto de uma lógica exclusivamente binária.

Em meio a militância e construções teóricas, Simone de Beauvoir, em 1949, na obra já clássica, *O Segundo Sexo*, lançou as bases da atual compreensão que se tem acerca da mulher. A partir da ótica beauvariana, ninguém nascia essencialmente uma coisa ou outra. Tornamo-nos mulheres e homens por meio dos processos de socialização. É a cultura a qual pertencemos que tem o papel preponderante em cartografar os gêneros, delineando os modos de ser e agir dos sujeitos. Não é o sexo biológico que nos define. Assim, a teórica francesa afirmava que não existia uma essência masculina ou feminina imutável ou determinada por características puramente biológicas. O que há são construções sociais e culturais que fazem com que homens e mulheres sejam educados e socializados dentro de códigos sociais distintos, atribuindo-lhe, com efeito, papéis também diferenciados, normalmente cabendo às mulheres ocupar posições consideradas hierarquicamente inferiores.

Desta forma, cabe ressaltar que não existem diferenças naturalmente predeterminadas entre homens e mulheres, mas sim identidades que são construções sociais que impõem aos sexos determinadas condutas, modos de pensar e espaços de poder baseados na distinção que a sociedade construiu para dar lugar ao feminino e ao masculino. Com isto, Beauvoir, buscava desnaturalizar determinadas noções estanques sobre os sexos e abriu uma seara para se pensar na mulher enquanto sujeito de uma permanente construção social.

Assim, o papel desempenhado pela professora como construtora de uma nação moderna, contava com programas de instrução específicos (baseados no



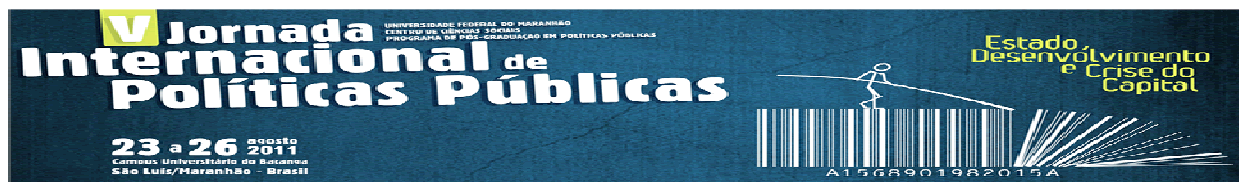
ensino de história, moral e cívica e língua pátria), execução de rituais de caráter patriótico, e, até mesmo com a modelagem do próprio comportamento da docente, que deveria ser exemplar, servindo de modelo e síntese das virtudes nacionais. Face a tamanha tarefa, “a professora- construtora precisou ser construída” (MÜLLER, 1999, p.13). Dito de outro modo, civilizou-se a nação por meio da disciplinarização da sua agente maior, a mulher docente. Todavia, ao mesmo tempo em que assimilava este conjunto de enunciados, a professora se constituiu, conformando novas mentalidades e produzindo subjetividades no interior do seu cotidiano de trabalho. Fabricada e fabricante, a docente emerge como sujeito histórico que dialoga, recria e negocia, sob as mais variadas condições (de poder), com os dispositivos de controle que lhes são postos.

Assim, o processo histórico que engendrou o movimento de saída das mulheres dos lares para as salas de aula, sejam como alunas ou mestras deve ser lido também na perspectiva de gênero, uma vez que essa categoria de análise, relacional por excelência, chama-se a si inúmeros e importantes questionamentos acerca da condição feminina – sempre atravessada por contingências, discontinuidades, permanências e rupturas.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS

Ensinar História. Tarefa difícil ou fácil? E qual história escolher? A que valoriza os reis, príncipes, tratados, acordos, datas, fatos, episódios, guerras, grandes acontecimentos e derrubadas de monarquias? Ou a que busca os sujeitos sociais nos seus múltiplos tempos e espaços, a que pretende apreender os modos de sentir e agir, as relações de poder, as formas culturais e artísticas, a produção material e intelectual, o homem, a mulher, a criança, o louco, o marginal e mais toda uma gama de abordagens e novos problemas? Qual história que deve prevalecer e qual história deve ser ignorada dos currículos?

Os parâmetros curriculares nacionais, produzidos em 1996 em parceria com o MEC e Secretarias de Educação, propõem uma renovação teórico e metodológica para os currículos de História, fazendo uma clara crítica àquele ensino de História que chama de tradicional (um juízo de valor onde cabem toda a crítica que se faz da



História). Tendo como escopo atitudinal a formação para a cidadania e o princípio da alteridade e a construção da identidade como peças-chave, o documento sugere a adoção de novas abordagens oriundas das tendências mais recentes da pesquisa historiográfica, como a Escola dos Annales, Nova História e a historiografia inglesa. Também ousa quando traz à baila a possibilidade de se trabalhar a História a partir de *temas* (trabalho, gênero, infância, etc...). Além disto, ainda fornece-nos sugestões metodológicas para se trabalhar com essas novas abordagens bem como deixa claro os objetivos que devem ser alcançados ao final de cada ciclo.

Num primeiro momento podemos até pensar que a proposta curricular para a área de História vem recheada de inovações benéficas e de auxílio ao trabalho do professor em sala de aula. Contudo, uma análise mais cuidadosa faz saltar aos olhos algumas de suas múltiplas contradições, como apontamos a seguir: o documento peca por dissociar o ensino da pesquisa, enfatiza a postura do professor como uma espécie de “tarefeiro”, observa escolas históricas com juízos de valores errôneos (marxismo e positivismo são considerados “tradicionais”), não considera o espaço escolar como local autônomo de produção de saberes e que tem características e demandas próprias (o ensino de História vai ser renovado se começar a dialogar com a pesquisa universitária); e, por último, não faz um diálogo coerente e responsável com as práticas e saberes que os professores são portadores, haja vista que a perspectiva do documento é desqualificar o passado (este, domínio da história tradicional) e entoar loas para as “inovações” no ensino.

Portanto, nosso olhar em relação ao referido documento não pode ser ingênuo, uma vez que há o risco de se negar as contradições e disputas inerentes a toda e qualquer proposta curricular, e, vale lembrar que a produção dos PCN’s foi objeto de intensos debates entre setores progressistas e conservadores da sociedade, cada qual almejando tornar legítimas através do texto e da lei as suas reivindicações.

Ensinar História nos dias atuais requer uma grande reflexão epistemológica e valorativa acerca do que pretendemos despertar nas novas gerações. Nesse sentido, somos a favor de uma história-problematizante que objetive, de acordo com as condições da estrutura educacional e da maturidade do alunado, realizar um confronto engajado com a memória: desvelar o contexto onde estamos inseridos interrogar-nos sobre os agentes construtores desse espaço em outros tempos, ouvir histórias e narrativas de pessoas mais velhas, pesquisar a cultura popular e os significados de



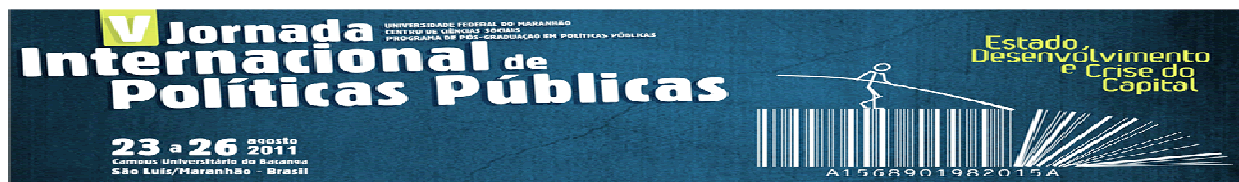
enraizamento e identidade que ela nos fornece, bem como dar voz e ouvidos aos problemas da comunidade.

4 PRÁTICAS DE MEMÓRIA E A HISTÓRIA ORAL

Com o objetivo de compreender como as vivências de mulheres professoras, delineadas em gênero, classe social, cor e etnia, se articulam às suas práticas educativas no ensino de História nas séries iniciais e investigar, por meio da história oral e a maneira como os percursos das professoras interferem em suas escolhas teórico-metodológicas no ensino de História nas séries iniciais, é que fomos a campo entrevistar as docentes. Tínhamos em vista também que analisar o trabalho destas profissionais exigia analisar as experiências relatadas sobre a vivência de professoras nos espaços fora da escola (núcleos familiares, espaços de amizade, dentre outros), no intuito de relacionar essas experiências às práticas de ensino adotadas na História em séries iniciais. No mais, compreendemos, assim como Halbwachs (2006), que as memórias são ao mesmo tempo individuais e coletivas, desta forma, nossas lembranças estão e são compartilhadas no meio social.

No tocante a metodologia utilizada, o uso da história oral se justifica pela impossibilidade de separar o eu profissional do eu pessoal. Assim, o uso das técnicas da história oral aplicadas à educação pode iluminar lugares ocultos da vida escolar, apontar formas sutis de resistência e sublinhar os efeitos dos currículos, normas e diretrizes atuantes no cotidiano da professora. Somado a isto, a metodologia baseada na oralidade também se mostra privilegiada no sentido de fazer emergir as interpretações sobre o contexto social vivido pelas professoras, as suas visões de mundo, sua cultura de hábitos de trabalho oriunda de um cotidiano social e profissional, bem como as questões que implicam no desenrolar do exercício docente e de suas identidades. Conforme assinala Fonseca, “a maneira como cada um de nós ensina está diretamente ligada à nossa maneira de ser, aos nossos gostos, vontades, gestos, rotinas, acasos, necessidades, práticas religiosas e políticas” (1997, p. 14).

Nossa primeira entrevistada, professora da rede pública estadual, atendendo pelo pseudônimo de Angélica, iniciou a docência no final da década de 1980 e tem formação em Pedagogia. Relatou-nos a docente que sua atividade pedagógica está permeada pela ação política. Acostumada à militância nos sindicatos da categoria profissional, Angélica enxerga sua prática de modo combativo e crítico. Perguntada



sobre a história que aprendeu quando era aluna, afirmou-nos que era baseada na memorização de fatos os quais considera ultrapassados pela atual historiografia. Em sua prática, disse-nos que tenta levar o aluno a fazer questionamentos e ele mesmo buscar respostas. Atenta às mudanças historiográficas, acompanha frequentemente as avaliações da filha adolescente e percebe que o ensino de história têm mudado, mas também percebe algumas permanências.

De um modo geral, a professora Angélica, com seus mais de vinte anos de magistério nas séries iniciais, é uma prova viva que o ensino neste nível, também têm trazido significativas alterações de perspectiva. Mais do que mapear permanências, vimos uma docente que, aliando de forma muito clara a ação política, tenta redimensionar sua prática educativa, pautada no engajamento e na criticidade.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, ainda em andamento, têm nos mostrado que o ensino de história nas séries iniciais, a julgar pelo universo das entrevistadas, vem se configurando como um espaço de mudanças. Rompendo com a noção congelada de que só existem mudanças e o predomínio da história tradicional, as professoras, por meio das entrevistas, têm nos trazidos reflexões críticas sobre suas práticas, ensejando mudanças e buscando rever aquelas abordagens factuais que caracterizavam o ensino de história de tempos atrás.

REFERÊNCIAS

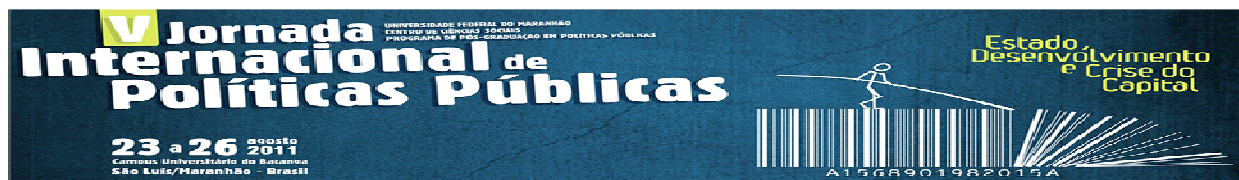
FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. Campinas: Papirus, 1997.

GOODSON, Ivor. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres**: la reinención de la naturaleza. Ediciones Catedra: Valencia, 1995.



LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del & BASSANEZZI, Carla (Orgs). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

MÜLLER, Lúcia. **As construtoras da nação**: professoras primárias na Primeira República. Niterói, RJ: Intertexto, 1999.

NÓVOA, Antonio (Org). **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora. 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez. 1995.